

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.893 - PA (2019/0015766-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : ANDERSON DA SILVA RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. APREENSÃO DE QUASE 8 KG DE *CRACK*. DOSIMETRIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO CONTEÚDO DECIDIDO NOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF.

Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Anderson da Silva Rodrigues** contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, dirigido contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Pará na Apelação Criminal n. 0001631-46.2013.8.14.0005, assim ementado (fl. 155):

APELAÇÃO PENAL - ART. 33, DA LEI N.º 11.343/2006 - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS À CONDENAÇÃO - INOCORRÊNCIA - DEPOIMENTO DE POLICIAIS - VALIDADE - FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL - INVIABILIDADE - EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA - IMPOSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, POREM, DE OFÍCIO, EM OBSERVÂNCIA AO SISTEMA TRIFÁSICO, REDIMENSIONOU-SE A PENA PECUNIÁRIA.

1. Autoria e materialidade comprovadas. Contexto probatório apto a respaldar a condenação, sendo que as circunstâncias da prisão demonstram a destinação comercial da substância entorpecente apreendida. Ademais, a simples condição de policial não toma a testemunha impedida ou suspeita, mormente se os autos não apontam motivos no sentido de incorreção de conduta ou de algum interesse em incriminar falsamente o réu, restando inviável a absolvição pleiteada.

2. A existência de circunstâncias judiciais negativas justificam a reprimenda base fixada pelo juízo *a quo*, inviabilizando o seu redimensionamento para o mínimo legal.

3. A multa aplicada emerge do próprio tipo legal, motivo pelo qual não há como suprimi-la ao alvedrio da parte ou do julgador, por expressa ausência de previsão legal para tanto.

4. Recurso conhecido e improvido, porém, de ofício, redimensionada a pena pecuniária, fixando-a definitivamente em 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à

época do fato delituoso.

Nas razões do recurso especial (fls. 175/184), a defesa alega violação do art. 59 do Código Penal. Busca a fixação da pena-base no mínimo legal, afirmando que *a culpabilidade foi normal à espécie do delito, sendo que a reprovação da conduta já se encontra no próprio tipo penal* (fl.182). Alega, ainda, que *o comportamento da vítima não pode desfavorecer o recorrente, pois para considerar qualquer circunstância desfavorável, deve o magistrado declinar motivadamente as suas razões* (fl. 183)

Apresentadas contrarrazões (fls. 194/199), o recurso especial foi inadmitido pela Corte de origem, por aplicação das Súmulas 284/STF (fls. 201/204). Contra tal decisão foi interposto o agravo em análise (fls. 214/219), com contraminuta ofertada às fls. 227/234

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo (fls. 249/250).

É o relatório.

Segundo afirmado no acórdão, *o Magistrado sentenciante, no exercício do seu poder discricionário vinculado, observando as diretrizes dos arts. 59 e 68, ambos do CP, c/c o art. 42, da Lei n.º 11.343/06, considerou negativamente a grande quantidade e a lesividade da substância entorpecente apreendida, bem como avaliou satisfatoriamente as circunstâncias judiciais e fixou a pena-base entre os graus mínimo e médio, isto é, 09 (nove) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, pois aferiu justificadamente de forma negativa a culpabilidade e as circunstâncias do crime, o que justificam o quantum da reprimenda base fixada pelo juízo a quo* (fl. 161).

Todavia, quando da interposição do especial, a defesa concentra sua argumentação na alegação de que *a culpabilidade foi normal à espécie do delito, sendo que a reprovação da conduta já se encontra no próprio tipo penal* (fl.182), e que *o comportamento da vítima não pode desfavorecer o recorrente, pois para considerar qualquer circunstância desfavorável, deve o*

magistrado declinar motivadamente as suas razões (fl. 183).

Logo, como facilmente se percebe, as razões recursais se encontram dissociadas dos termos do acórdão guerreado, uma vez que a exasperação da pena-base se deu pela predominância do art. 42 da Lei n. 11.343/2006 na primeira fase da dosimetria, dada a elevada quantidade e nocividade da droga apreendida nos autos – **1 kg de crack com o réu e mais 6,5 kg da mesma substância com a corré Keila Sebastiana Barbosa dos Santos**. Outrossim, ao contrário do que alega o agravante, o comportamento da vítima não influenciou referido cálculo.

Assim, os argumentos defensivos se revelam completamente estranhos aos fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO EXARADA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 284, 282 E 356/STF.

1. O recurso especial demonstra evidente deficiência, porquanto suas razões não estão em consonância com a fundamentação expendida pelas instâncias ordinárias, atraindo a incidência da Súmula 284/STF. A pena-base do recorrente foi majorada em razão dos maus antecedentes, não sendo, ao contrário do alegado pela defesa, reconhecida a agravante da reincidência.

[...]

(AgRg no AREsp 896.312/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 29/06/2016)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE. (I) - REDUÇÃO PELO AFASTAMENTO DA VALORAÇÃO NEGATIVA DE DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. RAZÕES DISSOCIADAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. [...]

1. Aplicável o enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal

quando as razões recursais apontadas pelo recorrente estão dissociadas do acórdão recorrido.

[...]

(AgRg no AREsp n. 808.841/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 15/12/2015, DJe 1º/2/2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, *a*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

